



O PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA CIDADE DE RIBEIRÃO DAS NEVES (RMBH) – NOTAS SOBRE O IMPACTO SOCIOAMBIENTAL

Nayara de Amorim Salgado



INICIANDO O ASSUNTO...

O objetivo desse estudo é identificar alguns dos principais problemas ambientais relacionados ao processo de urbanização que ocorre no setor norte da região metropolitana de Belo Horizonte, na cidade de Ribeirão das Neves, de forma a realizar alguns apontamentos sobre a situação de tal região que passou por um crescimento urbano grande após a década de 1970 e gerou grandes impactos ambientais negativos.

A discussão sobre os impactos ambientais urbanos tem sido um tema de grandes estudos da Sociologia Urbana, perspectiva escolhida para tal análise. A construção do espaço urbano é um tema importante a ser estudado na atualidade devido sua influência nos processos de organização social e em função da mobilidade urbana; espaço que é produzido por meio das transformações seja ela das relações sociais, humanas, econômicas, políticas, socioambientais e culturais as quais produzem e acomodam a população.

Propõe-se aqui uma análise sobre a cidade de Ribeirão das Neves a partir das dinâmicas demográficas e sociais que marcaram a constituição da cidade ao longo do tempo, relacionando-os com os efeitos ao meio ambiente. Tal cidade possui dinâmicas de crescimento populacional peculiares que justificam o estudo, diferencio assim três fases do crescimento populacional de Ribeirão das Neves para reflexão. São eles a década de 1950, que data a fundação da cidade; o segundo momento, a partir da década de 1970, onde observa-se que o crescimento populacional acompanhou o intenso processo de parcelamento de seu solo urbano, afirmando a estruturação de uma periferia metropolitana altamente adensada, com níveis recordes de crescimento urbano na América Latina e no terceiro momento, identifica-se uma nova tendência de crescimento, que data dos anos 2000 e se baseia na tendência de verticalização dos imóveis.

Relaciono então, a expansão desordenada da cidade com seu quadro socioambiental que tem problemas graves, relacionados ao mau uso do solo, falta e desrespeito as insuficientes leis ambientais municipais, ausência de redes de coleta e tratamento de esgotos, enchentes, degradação da cobertura vegetal, degradação de nascentes, acúmulo de lixo em cursos d'água, córregos e no espaço urbano, além do problema dos lixões da cidade, cotada atualmente para receber um aterro sanitário.

Esse artigo objetiva assim apresentar os resultados de um estudo de caráter exploratório, que promove o levantamento dos problemas socioambientais mais

graves do município, e que demonstra a necessidade de maior preocupação por parte dos moradores da cidade, do poder público e também dos estudiosos sobre o tema. Para a efetivação deste trabalho, foi escolhida uma abordagem qualitativa, a partir de uma revisão de bibliografia e pesquisa em jornais da região. Conclui-se sobre a grande necessidade de políticas públicas e outras iniciativas que promovam a utilização e ocupação do solo de forma mais apropriada, sem tantos prejuízos ao meio ambiente, e que consequentemente leva a melhoria da qualidade de vida da população nevenense.

A FORMAÇÃO DE RIBEIRÃO DAS NEVES – O CRESCIMENTO DA CIDADE DESORDENADA

A lógica de estruturação urbana centro-periferia da metrópole belo-horizontina, enquanto processo histórico, perpetua-se até hoje e a segregação aprofunda-se significativamente. Com a expansão do tecido urbano, ocorreu o processo metropolização de Belo Horizonte, que se inicia na primeira metade do século XX e revela que a população trabalhadora de baixa renda foi relegada às periferias. A expansão da metrópole por agregação da periferia, mostrou-se em sua plenitude em Ribeirão das Neves, que desde os primórdios de sua formação, integra a metropolização de Belo Horizonte e vai se caracterizar como uma das parcelas do território metropolitano onde a segregação urbana se mostrará de forma mais evidente.

Ribeirão das Neves foi elevado a município em 12 de dezembro de 1953. Conforme as pesquisas de Sousa (2002), Souza (2008) e Campos (2009), são distintos os processos de formação da região da Sede e de Justinópolis que refletem na organização da cidade até a atualidade.

A região da Sede da cidade foi fortemente influenciada pela construção da Penitenciária Agrícola de Neves, na região conhecida como “Fazenda das Neves”, que data do início na década de 1920 e inaugurada oficialmente em 1938. A PAN teve grande importância no cenário latino americano por ser expressão da modernização, da justiça e da recuperação dos detentos pelo trabalho. Desde então a cidade recebe uma função metropolitana, que é ser o lugar dos presídios – um polo presidiário, função essa que foi reafirmada depois da implantação de várias penitenciárias em seu território, mesmo contra a vontade da população e que gera

problemas como barateamento das terras, sobrecarga de serviços públicos como os hospitais e a Comarca, além do estigma negativo de “cidade presídio”.¹

De acordo com Sousa (2002), as primeiras décadas que se seguem a emancipação de Neves, o núcleo urbano do distrito Sede se mantém restrito a área do entorno da Penitenciária. Nessa época, podem ser identificados como seus eixos de estruturação espacial duas vias de acesso, são elas a MG-6 que liga a Sede até o distrito de Venda Nova e a estrada para o município de Pedro Leopoldo. Outro eixo viário importante da cidade é a BR-040, inaugurada na década de 1970, que atravessa o município na direção dos limites com Contagem e Esmeraldas, se constitui como um eixo de expansão da cidade. A Regional Veneza, como fica conhecida, leva o nome de um de seus maiores bairros, originado a partir de loteamento popular de 1977 e constituído com cerca de 4.000 lotes. Tal regional, se torna alvo de intenso processo de parcelamento e ocupação, localizada nos limites da região da Sede, mas permanece isolada da Sede, seja pelos condomínios fechados e chácaras de recreio que ocupam grande parte do seu território, seja pela barreira representada pela própria rodovia. Assim como ocorre com Justinópolis, mantém uma relação tênue com o núcleo urbano da Sede do Município, ao qual se vincula principalmente por razões de ordem administrativa.

A formação do distrito de Justinópolis, teve influência do processo da periferização de Belo Horizonte, através do crescimento da região de Venda Nova, zona norte da capital. A região anteriormente chamada de Campanhã, era composta por um grande território dividido em fazendas, que ao longo das décadas de 1940 e 1950 foram loteadas para comercialização, dando início aos primeiros bairros. O distrito de Justinópolis foi desbravado pelos agentes imobiliários e se consolidou conurbado a Venda Nova. A poluição e a degradação ambiental se ampliaram no município juntamente com esse processo de parcelamento do solo, partir de 1950 e que com o tempo foi se agravando, de acordo com dados do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH).

¹ Além da Penitenciária Agrícola de Neves, durante o início da década de 1960, a Cadeia Pública da Comarca de Belo Horizonte é transferida para Neves, que se tornou a Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira. Em 1982 é implantada a Penitenciária Feminina José Abranches Gonçalves, em 2006 o Presídio Regional Inspetor José Martinho Drumond, e o Centro de Reeducação do Jovem Adulto, atualmente denominada Penitenciária José Abrantes Gonçalves. Todos alocados na rodovia LMG-806, trecho da estrada entre o distrito Sede e Justinópolis. Já no ano de 2013, Neves recebe o primeiro Complexo Penitenciário de Parceria Público-Privada do país, localizado nas margens da BR 040, trecho entre o distrito Sede e a regional do bairro Veneza.

A década de 1970 marca uma segunda fase de expansão da cidade de Ribeirão das Neves, caracterizada por um intenso crescimento demográfico. Acontece nessa época, a produção de loteamentos populares em cidades como Ribeirão das Neves, Ibirité, Betim, Igarapé, Matheus Leme e Esmeraldas, com diferenças marcantes no preço dos terrenos de acordo com sua localização. Os loteadores tiveram diferentes estratégias que identificaram o potencial de compra do mercado popular e ofereceram terrenos parcelados sem nenhuma infraestrutura na periferia da cidade, ou ainda clandestinos, caracterizados pela escassez de oferta de serviços públicos como abastecimento de água e rede de esgoto, ausência de área destinada à construção de equipamentos comunitários como escolas e hospitais. Com poucas exceções, o controle sobre o uso da terra e seu parcelamento nessa época, ficaram sob responsabilidade de cada município, sem legislação de nível metropolitano (Campos, 2009).

De acordo com Souza (2008), dos noventa e seis loteamentos lançados na região metropolitana de Belo Horizonte, entre os anos de 1972 e 1976, trinta e cinco (36% do total) foram implantados em Ribeirão das Neves, que ofereceu aos loteadores as condições ideais para a produção de loteamentos populares, como legislação menos exigente, falta de programas e políticas de controle do parcelamento e da ocupação do solo, desrespeito ao meio ambiente além de menor fiscalização, o que o tornou palco privilegiado da especulação imobiliária. Segundo Sousa (2002), de 1970 a 1979, oitenta loteamentos foram abertos na cidade: cinquenta e três no distrito de Justinópolis (sendo três no subdistrito de Areias), dezessete no distrito Sede e nove na região do Veneza. O que se segue é um aumento populacional com taxas recordes na região metropolitana e que caracteriza um 'boom imobiliário', de intenso crescimento, do qual o distrito de Justinópolis foi palco e que se insere no espaço metropolitano na medida em que se conurba com Belo Horizonte. Nessa época, a população de Ribeirão das Neves apresentou a sua maior taxa de crescimento, de 21,3%, o que demonstra um grande crescimento da cidade em pouco tempo, recorde em nível nacional. O crescimento populacional de Justinópolis, com taxa média de 27,2%, chama atenção por representar o setor de crescimento do município, já a Sede também teve um aumento populacional alto, de 11,09% ao ano.

Nos anos de 1980 houve um arrefecimento no mercado imobiliário, onde apenas quatro loteamentos foram aprovados na cidade, localizados no distrito Sede, sendo um no centro e três na Regional Veneza. Durante a década de 1990, o

setor do mercado imobiliário recrudesce, de forma que foram aprovados trinta e três loteamentos no município: treze no distrito de Justinópolis e vinte no distrito Sede, (sendo dez no centro e dez na Regional Veneza). Após os anos 2000, o processo de parcelamento das terras na cidade continua intenso. Somente entre os anos de 2000 e 2005 foram lançados 5 novos loteamentos legitimados pela prefeitura, além de loteamentos clandestinos.

Dessa forma, a partir do intenso processo de parcelamento do solo, durante um espaço de tempo relativamente curto, aproximadamente 40 anos, houve grande mudança na demografia de Ribeirão das Neves, fator preponderante para a construção da realidade social atual do município. De acordo com dados do IBGE, durante a década de 1950 quando ganhou sua autonomia, Neves era uma pequena cidade com pouco mais de 4.000 habitantes e cresceu em níveis esperados até os anos de 1970, contando com 9.707 habitantes, quando então acontecem aumentos populacionais que marcam recordes no cenário nacional, de modo que em 1980 a cidade passa a abrigar seis vezes mais habitantes que na década anterior contando com 67.257 pessoas. Em 1990, a população da cidade mais que dobra, chegando a 143.853 habitantes. A cidade chega aos anos 2000 com uma população, de 246.589 habitantes, demonstrando um crescimento ainda vertiginoso. Atualmente Ribeirão das Neves permanece, no contexto da região metropolitana de Belo Horizonte, como um dos municípios de crescimento populacional mais acelerado, chegando ao ano de 2010 com 296.317 habitantes e estimativas de aproximadamente 322.659 habitantes no ano de 2015.

Nessas condições, uma população de baixa renda se concentrou em Ribeirão das Neves, a partir dos anos 1970 e essa tendência propaga-se até a atualidade, de modo que a produção habitacional pode ser caracterizada principalmente pela autoconstrução e descuido com o meio ambiente. Durante todo esse processo, o poder público municipal, caracterizado por baixa capacidade arrecadadora e carente de recursos materiais e humanos, permaneceu omissos e não ofereceu resistência à atuação dos agentes imobiliários. O crescimento populacional da cidade tendeu à estruturação de uma periferia metropolitana com grandes níveis de adensamento populacional e destruição ambiental.

Esse ritmo elevado de crescimento que vem sendo sustentado na cidade se deve à ocupação efetiva dos loteamentos populares lançados nas décadas anteriores e à continuidade do parcelamento do solo, mesmo que em menor escala atualmente. A partir dos anos 2000, acontece também a produção de edifícios de

pequeno porte marca uma tendência de verticalização na cidade. De acordo com Campos (2009), antes dos anos de 2000, os domicílios do tipo apartamento de Ribeirão das Neves, estavam localizados em Justinópolis, encontravam-se basicamente em três empreendimentos habitacionais executados pela indústria da construção, o Conjunto Habitacional Nova Pampulha, o Residencial Toronto e o Residencial Capela. No distrito Sede, os prédios de apartamentos localizam-se basicamente no Bairro São Pedro, onde estão localizadas também as casas dos habitantes que recebem as mais altas rendas do município de Ribeirão das Neves (Campos, 2009). O Censo de 2010 identificou 85.135 domicílios na cidade, sendo 2.331 deles, apartamentos, tendência que tem tido aumento desde os anos de 2000. Segundo dados cedidos pela Superintendência de Regulação Urbana da Prefeitura de Ribeirão das Neves, até junho de 2016, foram registrados 8.559 apartamentos, sendo que não entram nesses números as construções irregulares.

A análise da constituição da cidade de Neves permite-nos identificar processos que influenciam seu quadro socioambiental, como a aprovação pela prefeitura dos parcelamentos de terra e a lógica dos processos de loteamentos, a falta de fiscalização e controle dos empreendimentos e loteamentos, o crescimento expressivo da urbanização e da população, a ocupação de áreas de risco, além de outros problemas que indicam a ocupação e utilização inadequada do solo, em virtude até os dias atuais.

O processo histórico de expansão urbana acelerada do município, não promoveu o desenvolvimento sustentável, pelo contrário, comprometeu os recursos hídricos, gerou um tecido urbano desarticulado e comprometeu a qualidade de vida da população pela inexistência, em grande parte, de serviços básicos de infraestrutura de saneamento em termos de esgotamento sanitário, coleta de lixo, drenagem pluvial e ausência de pavimentação, causando o surgimento de áreas de risco, refletindo um quadro de carências e de grande precariedade habitacional.

O território municipal é cortado por dois ribeirões, o Ribeirão das Neves e o Ribeirão das Areias, afluentes do Ribeirão da Mata que, por sua vez, é afluente do Rio das Velhas. Até a década de 1970 o município dispunha de água em abundância, a partir daí, com a expansão urbana acelerada e sem controle, agravada pela ausência de uma política urbana adequada e de uma legislação urbanística necessária, e pela inexistência de qualquer critério de preservação do patrimônio ambiental, causou o comprometimento dos recursos hídricos que foram

degradados, reduzidos ou simplesmente extintos. Como exemplo, pode-se citar a divisa de Ribeirão das Neves com Esmeraldas, que acompanha o divisor de águas do ribeirão da Pampulha com o ribeirão das Neves. Os mananciais superficiais ali existentes, do lado do município de Neves, são os formadores do ribeirão das Neves. Assim, toda a região situada entre a BR-040 e a divisa com o município de Esmeraldas, poderia ter sido transformada em uma importante reserva ambiental destinada a produção de água potável para os moradores do município de Ribeirão das Neves, mas foi totalmente parcelada durante a década de 1980.

A EXPANSÃO DESORDENADA E AS CONSEQUÊNCIAS NEGATIVAS PARA A CIDADE

A literatura da área demonstra as sérias consequências do processo de segregação espacial centro-periferia, que na cidade de Ribeirão das Neves se mostra claramente. Sua população atual segundo dados do IBGE, tem grande porcentagem negra, apresenta equilíbrio de gêneros e pode ser considerada jovem, já que mais da metade, 54%, da população encontra-se na faixa etária entre 0 e 29 anos.

A população de Neves pode ser considerada de forma homogênea quanto aos indicadores sociais, caracterizando-se predominantemente por grupos de baixa renda. A população tem claro perfil de operariado, com ocupações predominantes em atividades de prestação de serviços pessoais, distributivos e na indústria tradicional. Os dados do censo demográfico de 2010 indicam que o valor do rendimento nominal médio mensal da maioria dos domicílios não chega a três salários mínimos. Cerca de 40% da população vive com até dois salários mínimos e mais da metade da população vive com renda de até cinco salários mínimos.

A cidade convive com baixos índices educacionais, o que indica uma reprodução da pobreza. A dissociação entre o local de residência e o local de trabalho e estudo, leva seus moradores a deslocarem-se diariamente para outro município, caracterizando Ribeirão das Neves como uma “cidade dormitório”. São altos também os níveis de violência e criminalidade, o que contribui para a formação do estigma negativo da cidade, muito explorado pela mídia. Neves enfrenta ainda muitas carências relacionadas aos serviços e equipamentos públicos, como a assistência à saúde e assistência social, por exemplo, que é insuficiente para atender

às necessidades mais básicas dos moradores que por sua vez, tem que se deslocar em busca de atendimento, para Belo Horizonte e outras cidades próximas.

A cidade apresenta déficit habitacional de mais 16.400 domicílios, sendo que 41% do total dos domicílios encontram-se em assentamentos precários, além de 46 loteamentos irregulares. Quase 5000 domicílios estão alocados em aglomerados subnormais, de acordo com o último censo, contando assim com a existência de 65 vilas e favelas, como a Bispo de Moura, Braúnas, Rosaneves, Grotas, Landi, Vila Felicidade e a Vila Henrique Saporì. As favelas pouco se distinguem dos bairros originados a partir dos loteamentos populares aprovados, de modo que os espaços centrais e periféricos apresentam composição social bastante semelhante, sendo um padrão urbanístico bem baixo em todo município. O próprio aspecto físico deteriorado da cidade, resultado da falta de infraestrutura como grande número de ruas sem asfalto, esgoto a céu aberto, casas sem finalização, contribui para fortalecer representações negativas da cidade.

SOBRE OS PROBLEMAS AMBIENTAIS DA CIDADE DESORDENADA

O crescimento das grandes cidades tem como consequência grandes impactos ambientais. Tal é o cenário de Ribeirão das Neves, onde importantes nascentes convivem com a paisagem da cidade autoconstruída, sem orientação técnica ou regulamentação, com grande crescimento populacional, típico das periferias metropolitanas brasileiras.

Neves apresenta um quadro socioambiental problemático, contando a ocorrência de impactos ambientais como desmatamento, assoreamento e poluição dos cursos d'água. A cidade apresenta incidência de todas as formas de erosão e aquelas onde os processos erosivos não são marcantes, apresentam susceptibilidade a erosão. A falta de planejamento adequado, associado as condições sociais e econômicas das tendências de desenvolvimento da área, levou a degradação da cobertura vegetal que alterou o cenário da cidade, gerando a degradação do solo, pelo seu manejo inadequado, assim como a aceleração de processos de erosão.

O processo de degradação da cobertura vegetal, com a remoção da mata ciliar e de vegetação de encostas foi acelerado para facilitar a abertura de ruas e

demarcação de lotes. Ocorrem ainda, imprecisão nos projetos de drenagem, que levam ao transbordamento de córregos, por exemplo, durante épocas de chuva e sistemas viários comprometidos pela falta de manutenção. Muitos cursos de água estão comprometidos pelo lançamento de esgoto “in natura”. Cenário que é agravado pela livre autoconstrução de residências, que promovem o aumento das superfícies impermeáveis e levam a problemas como diminuição das áreas verdes e aumento da temperatura local, provocando desconforto térmico.

Muitos animais silvestres desterrados, são vistos em meio urbano, como tucanos, macacos, esquilos e papagaios. A pressão do desmatamento, sobretudo em áreas de invasão, no distrito de Areias, por exemplo, tem feito com essa seja uma cena recorrente, principalmente a partir dos anos de 2000, quando se fortalece a tendência de construção de loteamentos, chácaras e sítios na região. Esses animais silvestres que ultrapassam as áreas de fragmento de florestas, enfrentam o perigo de agressão e atropelamento, além de serem enjaulados.

Outro ponto que merece grande atenção se relaciona com a degradação das águas no município. O lançamento de lixo, esgotos e outros poluentes em grande escala resultam na degradação da qualidade da água. Os rios que perpassam a cidade, seus córregos, tem servido de receptores para o esgoto urbano, além de lixo agroindustrial. De acordo com o Plano Municipal de Regularização fundiária sustentável do Município de Ribeirão das Neves, apenas cerca de 24% das ruas que têm rede de água possuem rede de esgotos e, além disso, a água distribuída é tratada e os esgotos coletados não passam, praticamente, por nenhum tratamento. Esta é uma das principais causas da insalubridade ambiental existente no município.

Também aconteceu no território, a falta de cuidado com as margens de cursos d'água, onde muitas foram ocupadas, o que deixa os moradores expostos à insalubridade dos córregos contaminados por esgotos sanitários. Durante períodos de chuvas fortes é comum que aconteçam problemas decorrentes de construções em área de encostas, que desabam, ou de casas construídas nas margens de cursos d'água, que ficam alagadas ou são destruídas pela ação das correntezas. É frequente no município também a utilização de cisternas, que são abertas próximo a fossas ou a córregos degradados, expostos ao lixo e esgoto, que contaminam o lençol freático e a água das cisternas.

A ausência de um sistema de drenagem pluvial urbana também é um fator de degradação ambiental e de criação de situações de risco para os diversos bairros da cidade. A rede de drenagem pluvial nas vias é pequena, e está interrelacionada

com a infra-estrutura de pavimentação do sistema viário, bem como com a forma da ocupação e uso do solo, que também provoca erosões, nas vias públicas, destruindo redes de água e esgotos, ou outras, eventualmente existentes. A regulamentação ambiental atual prevê que no momento em que se inicia uma o parcelamento do solo, a partir da retirada da cobertura vegetal, a pavimentação e a drenagem das vias devem ser feitas simultaneamente para evitar a formação de erosões, o que não aconteceu em Neves.

Na cidade, a expansão urbana aconteceu também sem respeitar o relevo natural do seu território, apresentando áreas com altas declividades, que exige outros cuidados, além da construção de pavimentação e drenagem das vias. Vários pontos onde ocorriam processos de erosão e voçorocamento² foram ocupados, provocando sua expansão, principalmente nas encostas desmatadas de morros, com as residências e ruas abertas sem nenhum critério (Coelho 2003). Em períodos de chuvas fortes, é recorrente a ocorrência de enxurradas que levam lixo e terra, principalmente para as áreas mais baixas dos bairros. Acontecem também em áreas inadequadas para a construção de residências, cortes com geometria incorreta, depósito de lixo das encostas, resultando em pontos de escorregamento intensificados nos processos de chuvas, como nos bairros Florença e San Genaro na regional Veneza, e nos bairros Menezes e Botafogo em Justinópolis.

A geração crescente e diversificada de resíduos sólidos e a disposição final dos mesmos estão entre os mais sérios problemas ambientais enfrentados em Ribeirão das Neves, que dispõe de seus resíduos inadequadamente, sem tratamento prévio. Os resíduos da cidade são depositados em um aterro controlado³, desde o ano de 2001, quando então utilizava-se o lixão, sem atendimento a nenhuma técnica operacional de engenharia e sem os cuidados

² O processo de voçorocamento é um fenômeno geológico relacionado a formação de grandes buracos de erosão, causados pelas chuvas, em solos onde a vegetação existe em pouca quantidade e não protege mais o solo, fazendo com que aconteça por exemplo, a destruição de terras cultiváveis.

³ O lixão é uma forma inadequada de descarga final de resíduos, que se caracteriza pela deposição direta no solo, sem qualquer técnica preventiva contra os impactos. Os resíduos acarretam problemas à saúde pública, como proliferação de vetores (moscas, mosquitos, baratas, ratos), geração de odores e, principalmente, poluição do solo e das águas subterrâneas e superficiais, causado pela infiltração e escoamento do chorume. Aliados a esses problemas, existem também os impactos econômicos, como a desvalorização das áreas próximas aos lixões, e impactos sociais, como a prática da catação de recicláveis ou para o próprio consumo e de animais. Já o aterro controlado de resíduos sólidos urbanos trata-se de uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem ocasionar prejuízos ou riscos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais. Este método utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos, cobrindo-os com uma camada de material inerte (não perigosos) ao final de cada jornada de trabalho. Sua forma lembra o aterro sanitário, porém, com menores dimensões. (Guimarães e Assis; 2014)

sanitários e ambientais pertinentes, fazendo com que área fosse submetida a impactos negativos.

Contudo, segundo Guimarães e Assis, (2014) a vida útil do aterro da cidade está extinta. Seu território fica às margens da Rodovia LMG-806, oferecendo riscos para os que trafegam na rodovia diariamente, apresenta condições ambientais fora do padrão, considerando aspectos relativos à poluição do solo, do ar e da água, além de impactos visuais e potenciais danos à saúde humana por estar bem próximo a residências, dos bairros Viena e Felixlândia, mais próximos. Recentemente, houve uma grande discussão sobre a implantação de um Aterro Sanitário que receberia lixo de 43 cidades da região metropolitana em território nevenense. Contudo, apesar da aprovação do legislativo municipal, a pressão social conseguiu revogar o projeto.

Sobre os serviços de limpeza urbana, pode-se afirmar que não atendem com qualidade a toda a população. A coleta regular do lixo domiciliar é prejudicada, principalmente, pela impossibilidade do trânsito de veículos nas ruas, devido a falta de pavimentação, ou ainda aquelas que têm pavimento, por não possuírem dispositivos de drenagem pluvial, estão sempre esburacadas. Essa situação se agrava na temporada de chuvas, em que a dificuldade de circulação se agrava e a prestação do serviço fica ainda mais prejudicada. A falta de regularidade da prestação do serviço de coleta induz as pessoas a jogarem lixo em terrenos baldios, em córregos, ruas, esquinas. O serviço de coleta de entulhos existe mas nem sempre consegue atender a demanda de toda a cidade. Quanto mais se afasta do centro da cidade, mais se observa esta realidade. O serviço de varrição e capina das ruas também atende de forma precária a cidade, devido à maior parte das vias não terem calçamento ou estarem esburacadas e atendem pequena parte da cidade, mais nas regiões centrais e principais vias. O serviço de capina ainda aparece de forma mais precária, atendendo de forma esporádica somente depois de muita insistência por parte dos moradores necessitados. Considerando que grande parte das ruas do município não possui calçamento pode-se concluir que o problema de mato, nos logradouros públicos, é grande.

Não se pode ignorar ainda que a cidade apresenta graves problemas, com relação a extração e o comércio ilegal de areia constantes no Ribeirão da Mata, afluente do Rio das Velhas, na região de Areias, que geram elevados índices de degradação ambiental, provocada pela extração ilegal dos recursos, o que acarreta o assoreamento de cursos d'água e destruição da vegetação e flora da região. Para

extrair areia, o empreendedor precisa de licenciamento do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), baseado em estudos da Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam). Acontece também na cidade, a ação predatória das cerâmicas que exploram a argila sem ação compensatória.

A preservação das áreas verdes da região é outro problema ambiental que merece mais cuidado. São poucas as áreas de proteção regulamentadas e protegidas no município. Um exemplo é a Lajinha, uma reserva natural com uma cachoeira entre a região central do município e o distrito de Justinópolis. Historicamente, serve de balneário para a comunidade local e trilheiros, além de destino para excursões escolares e caminhadas ecológicas. A Área de Preservação Ambiental (APA) é muito rica em matas fechadas, com grande diversidade de espécies da fauna e da flora da região. As águas limpas e preservadas do Córrego da Lajinha abastecem a produção de hortaliças cultivadas por famílias que sobrevivem com a comercialização desses alimentos. Grupos organizados da sociedade civil buscam seu reconhecimento e fiscalização como um patrimônio ambiental de Ribeirão das Neves, de forma a proteger a área que sofre pressão do setor imobiliário.

CONSIDERAÇÕES

Buscou-se aqui apresentar como situação-problema a vulnerabilidade social da cidade de Ribeirão das Neves e sua ligação com a falta de proteção do patrimônio ambiental, que se constitui como uma questão importante a ser enfrentado pelo poder público local. Comprometimento de nascentes, degradação de várzeas, degradação da qualidade da água e solo, ausência de redes de coleta e tratamento de esgotos, ausência de áreas verdes dentro dos bairros, retirada de toda cobertura vegetal para parcelamentos de terra, pouca atuação da prefeitura, ausência de praças e equipamentos de lazer e por fim degradação da qualidade de vida, são problemas com os quais a cidade convive diariamente.

Esse estudo de caráter exploratório, demonstra a grande necessidade de estudos mais sistematizados sobre o meio ambiente em Ribeirão das Neves, de forma que o poder público possa ser bem embasado e iniciar de forma consistente a busca por soluções eficientes para a problemática, de grande urgência. Coelho (2003) sugere medidas que girem em torno do saneamento ambiental, do controle e prevenção dos processos erosivos, projetos de arborização em vias urbanas e

praças, melhoramento da gestão dos recursos hídricos, regularização dos parcelamentos do solo ilegais e clandestinos da cidade, além de outras medidas de caráter político social, como educação ambiental nas escolas e bairros e ampliação de recursos técnicos e financeiros para viabilizar melhorias de qualidade de vida do meio ambiente na região. Ressalta-se ainda a importância de estudos prévios para parcelamentos urbanos, principalmente aqueles voltados para população de baixa renda, pois acontece grande descaso com o meio ambiente nesse tipo de empreendimento.

Na modernidade as discussões sobre saneamento básico, vão além da implantação e solução de problemas de abastecimento de água, esgoto e lixo. Buscam uma maior visão, um “saneamento ambiental” que inclui a proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais, melhorias nas condições de habitação e a valorização do ser humano como cidadão.

A omissão do poder público é muitas vezes responsável pelos graves problemas sociais, econômicos e ambientais que ocorrem em sua base territorial, não só quanto ao meio ambiente físico e biológico, mais principalmente quanto às questões sociais e econômicas que afetam a qualidade de vida dos Nevenses. Torna-se assim, de grande importância o melhor planejamento de suas ações, que exigem esforços por todos os setores da administração municipal, de forma a estabelecer compromissos com os próximos anos, visando o desenvolvimento sustentável das comunidades, com ações concretas a curto, médias e longo prazo. Outro apontamento, diz respeito a expansão da educação ambiental na cidade. Tanto o reconhecimento das riquezas naturais e sua preservação, devem ser estimuladas, através de debates e campanhas de conscientização. Atividades que podem envolver a rede pública municipal de ensino, aproveitando as relações interpessoais dos setores de meio ambiente e educação, que podem ter ações interligadas. Ainda outro ponto importante, se refere a qualificação dos recursos humanos que atuam no poder público, de forma que as ações sejam melhor executadas.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, P. R. **O Município de Ribeirão das Neves: um bairro popular em um centro metropolitano**. 2009. 188p. Dissertação, UFMG, Minas Gerais.
- COELHO, André Luiz Nascentes. **O histórico da ocupação e impactos socioambientais no eixo norte da RMBH em áreas do município de Ribeirão das**

Neves – MG. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. 2003

GUIMARÃES, Poliana Diniz; ASSIS, Camila Moreira. **Avaliação do processo de implantação do aterro sanitário no Município de Ribeirão das Neves – MG.** V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Belo Horizonte, 2014.

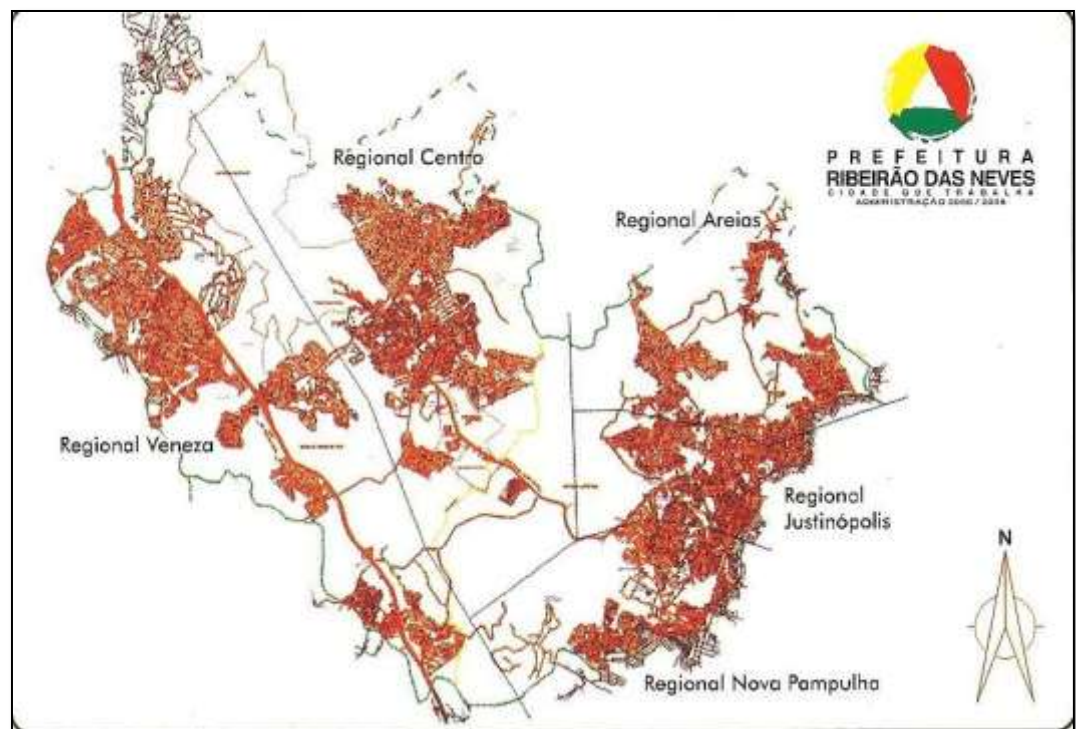
SOUSA, E. A. **Alternativas públicas não estatais para a provisão de habitação popular: o caso do Bairro Metropolitano.** 2002. Dissertação, PUC - MG.

SOUZA, Joseane. **A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: O Caso Específico do município de Ribeirão das Neves.** Tese de doutorado, 2008. Cedeplar/UFGM.

Enciclopédia Nevense. Disponível em < <http://enciclopediaenevense.net/index.php> > Acesso em 09/08/2016.

Plano Municipal de Regularização fundiária sustentável do Município de Ribeirão das Neves. Fundação Israel Pinheiro. 2009. Disponível em <http://www.rmbh.org.br/pt-br/repositorio/municipios/ribeir-o-das-neves/plano-municipal-de-regulariza-o-fundi-ria-sustent-vel-de> > Acesso em 09/08/2016.

ANEXO



MAPA 1. A cidade de Ribeirão das Neves, apontando suas regionais.

Fonte: Prefeitura de Ribeirão das Neves.

